



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 024/2005
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e cinco, às 14:00 hs (quatorze horas) teve início, na sede do PREVIMPA da Rua General Câmara, 230 – 3º andar, a centésima décima quarta reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa as conselheiras Rejane Assis Bicca, como presidenta, e Idalina Fagundes Venturini, como secretária. A reunião iniciou com a leitura da Ata nº 023/05, referente à reunião do dia 13-09-2005, tendo sido aprovada. A presidenta Rejane abre espaço para os informes e o conselheiro José Gilberto registra a inconformidade com a comunicação da utilização dos recursos do COMPREV pela Administração Municipal para complementar os valores para o pagamento de benefícios previdenciários. Entende que matéria desta relevância deveria constar previamente da pauta para conhecimento de todos conselheiros. Requer que matérias de grande importância, como essa, sejam incluídas com a antecedência necessária. A presidenta Rejane concorda com o conselheiro, complementando que este Conselho deve enviar documento solicitando que, sempre que houver essa necessidade, a SMF encaminhe a matéria com a antecedência necessária para que possamos discutir com profundidade. O conselheiro e Diretor-Geral lembra que, devido a urgência da matéria, foi solicitada a inclusão na pauta do dia e os conselheiros presentes aprovaram tal inclusão; após ser amplamente discutida, a matéria foi aprovada pelo Colegiado, qualificado e responsável que estava presente. Refere, também, que as sessões são realizadas com um quórum mínimo necessário e que as decisões são soberanas. O conselheiro José Gilberto registra que em momento algum desqualificou o Conselho ou teve a intenção de modificar o resultado de uma matéria já votada; apenas manifestou sua inconformidade por entender que matéria dessa relevância deve constar antecipadamente da pauta. O conselheiro João Paulo concorda com o conselheiro José Gilberto, dizendo que matérias relevantes, que necessitem de discussão mais profunda, devem ser pautadas antecipadamente devido à preocupação que devemos ter com os recursos administrados pelo PREVIMPA, independente de como os recursos de outras entidades são administrados no restante do país. O conselheiro Valnor questiona se existe a necessidade de que toda pauta seja prevista antecipadamente e a presidenta Rejane diz que as matérias podem ser incluídas por solicitação de qualquer conselheiro com a anuência do Colegiado. Em seguida distribui material referente ao Congresso Nacional da Previdência Social promovido pela ABIPEN – Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais, referindo que representantes de alguns municípios do Rio Grande do Sul questionaram a participação de apenas um representante de Porto Alegre. Relata alguns pontos do Evento, especialmente quanto à reforma previdenciária e previdência complementar. Passando para a ordem do dia, indica a inclusão da análise da peça orçamentária e da discussão referente ao processo de sindicância aberto pela Secretaria da Educação relativo à Diretora da E.M.E.R. Judith Macedo de Araújo. Informa que o primeiro ponto de pauta, definição dos processos que deverão passar pela análise do Conselho, será discutido na próxima reunião, em razão da necessidade da presença da conselheira Simone, impossibilitada de participar desta reunião. O segundo ponto de pauta, discussão referente aos repasses da taxa de administração, será discutido assim que a Direção-Geral estiver com o material disponível para seu encaminhamento. O conselheiro Rodrigo propõe, sendo acolhido pelo Colegiado, dada a urgência da matéria, a inversão na ordem da pauta. A presidenta Rejane expõe a forma como está sendo apresentada a proposta orçamentária para a Entidade. A seguir, a conselheira Liege, na condição de Assessor Técnico da ASSEPLA – Assessoria de

Continua na folha 02.

51
52 Planejamento e Programação, refere que o PREVIMPA recebeu a matriz orçamentária elaborada
53 com base no PPA 2006/2009, e que foram apenas distribuídos os valores apresentados que hoje
54 vamos apreciar. Fala da dificuldade nos investimento, decorrente dos poucos recursos, lembrando
55 que a maioria dos equipamentos de que dispomos vieram da SMA e SMF. O conselheiro João Paulo
56 refere que não está incluída no orçamento a receita do PREVIMPA referente à taxa de
57 administração e o conselheiro Mauro diz que aquela taxa é considerada repasse financeiro, e não é
58 orçamentário. O conselheiro João Paulo entende que o valor da taxa de administração é
59 orçamentário e que só vai se tornar financeiro se for realizado. O conselheiro Adalberto diz que
60 precisamos de uma legislação que esclareça a natureza jurídica da taxa de administração. Lembra
61 que, conforme informado pelo Diretor-Geral, a Assessoria Jurídica do PREVIMPA está fazendo um
62 estudo aprofundado da matéria. A mesma também foi discutida em recente Fórum realizado no Rio
63 de Janeiro, porém, nada ficou esclarecido. Precisamos de uma definição da natureza jurídica da taxa
64 de administração para que possamos resolver a questão junto à Administração Municipal. O
65 conselheiro João Paulo entende que não podemos nos conformar com a maneira como foi
66 apresentado o orçamento e que devemos ter clareza de entendimento quanto à taxa de administração
67 para discutir com o governo, fornecendo argumentos que dêem respaldo às suas decisões.
68 Precisamos ter independência administrativa e esta inicia-se pelo orçamento. O conselheiro e
69 Diretor-Geral Luiz Rigotti expõe as dificuldades e demandas do PREVIMPA. Diz que continuamos
70 sendo tratados como uma secretaria. Os valores do orçamento vieram fechados, cabendo a nós,
71 apenas, a distribuição internamente, de acordo com as demandas e necessidades. O conselheiro João
72 Paulo, com base nas informações trazidas pelo Diretor-Geral, diz que não temos outra alternativa.
73 Precisamos pressionar o governo oferecendo argumentos que lhe dê respaldo ao tomar uma decisão
74 política que poderá lhe favorecer no futuro. Os repasses devem ser um custo do Estado e uma
75 receita da Autarquia. Se não nos movimentarmos, corremos o risco de ver a Autarquia sendo extinta
76 e a concessão e pagamento de benefícios ser executada por algum setor da Administração.
77 Precisamos nos posicionar para que esta Autarquia se consolide. O conselheiro Valnor refere que a
78 redação da taxa de administração que consta na Lei 478/02 é única e exclusiva do município de
79 Porto Alegre e que não existe parâmetro de interpretação em outra legislação no País. Os termos
80 não são claros, são dúbios e cada órgão faz a leitura e interpretação de acordo com sua
81 conveniência. Questiona se existe uma maneira de reverter essa situação. O conselheiro Mauro
82 lembra que a discussão do orçamento não se esgota na fase executiva, podendo ser discutido na fase
83 legislativa com o encaminhamento de emendas. Em seguida, esclarece a forma como é
84 encaminhada a proposta orçamentária e finaliza dizendo que enquanto o orçamento não estiver
85 fechado pode ser alterado. O conselheiro Adalberto, com base nas informações do conselheiro
86 Mauro, sugere que a aprovação da proposta orçamentária seja adiada para a próxima sessão e que
87 neste período a Direção tente uma negociação no sentido de rever os valores destinados ao
88 PREVIMPA no orçamento. O conselheiro José Gilberto propõe que o material, que será entregue à
89 Administração, seja acompanhado de um parecer técnico deste Conselho, manifestando também a
90 nossa inconformidade com os poucos valores que serão repassados ao PREVIMPA. A conselheira
91 Lourdes entende que devemos anexar, também, um parecer do Conselho referindo que se o
92 Município constituiu uma autarquia deve demonstrar interesse e prover a Entidade para que a
93 mesma seja autônoma e se consolide. A presidenta Rejane solicita a indicação de nomes para a
94 composição da comissão que fará a análise da peça orçamentária, restando a mesma constituída,
95 com a aprovação unânime dos presentes, pelos conselheiros João Paulo, Liege, Lourdes e Carlos
96 Neiss. Retomando a matéria, utilização dos recursos do COMPREV, a presidenta Rejane propõe
97 que este Conselho agende uma reunião com o Prefeito com o objetivo de solicitar que aqueles
98 recursos não sejam utilizados. A conselheira Cleida lembra que somos representantes da categoria.
99 Assim sendo precisamos agir e discutir até mesmo através de um ato político. Podemos começar
100 pela discussão referente aos repasses da taxa de administração pois, uma vez que consta em lei,
101 deve ser cumprido. O conselheiro Rodrigo questiona o encaminhamento quanto à utilização dos
102 recursos do COMPREV. Entende que podem ser utilizados porque assim está na Lei. O conselheiro

104
105 Adalberto refere que este Conselho não pode mudar o rumo dependendo do partido que está na
106 administração. Podemos e devemos nos manifestar, desde que com argumentos e posições firmes.
107 Quanto à taxa de administração, a ASSEJUR está fazendo um estudo profundo e poderá encaminhar
108 proposta de alteração na Lei para clarear a matéria. O conselheiro José Gilberto entende que a cada
109 solicitação da utilização dos recursos do PREVIMPA este Conselho deve manifestar a
110 inconformidade através de relatório encaminhado ao governo. A conselheira Ângela propõe o
111 encaminhamento ao Governo de um documento manifestando nossa inconformidade em relação ao
112 orçamento e após um relatório com todas as questões que estão sendo discutidas pelo Colegiado há
113 mais de dois anos. A presidenta Rejane refere que na gestão anterior este Conselho tinha uma
114 característica mais política do que técnica. Propõe que se aprofunde a discussão sob o ponto de vista
115 técnico, solicitando, inclusive, que a Unidade Financeira nos auxilie em um embasamento técnico
116 que será levado ao Prefeito, sugerindo que este tome medidas para diminuir o déficit. Diz que temos
117 três assuntos em discussão e acredita na nossa capacidade técnica para apresentar tal documento
118 objetivando o saneamento, gerenciamento e garantia futura aos servidores. O conselheiro e Diretor-
119 Geral Luiz Rigotti entende que no momento precisamos ser objetivos e encaminhar junto ao
120 Governo a ampliação do orçamento. Após, devemos rever a questão da taxa de administração, que é
121 fundamental para a Entidade, e tentar uma negociação para receber pelo menos os valores a partir
122 de agora. A conselheira Lourdes refere que este Governo pode não ter conhecimento de diversas
123 questões relativas ao PREVIMPA. Sugere que se apresente um relatório com todas as questões que
124 são fundamentais para a consolidação da Entidade. O conselheiro Valnor faz uma avaliação dos
125 problemas que este Conselho precisa analisar e encaminhar para resolução. Hoje discutimos a taxa
126 de administração, COMPREV e orçamento e temos inúmeras outras questões entre as quais
127 precisamos distribuir nossa energia e capacidade de resolução. Precisamos discutir profundamente
128 os problemas e propor parceria para solucioná-los, senão de imediato, no decorrer dos anos.
129 Finaliza dizendo que é possível fazer movimentos articuladores para encaminhar todas as matérias e
130 não correr o risco de sermos responsabilizados, como Conselho de Administração e Direção Geral,
131 caso o PREVIMPA se torne inviável no futuro. A presidenta Rejane questiona se encaminharemos
132 o pedido de audiência com o Prefeito de imediato, prevalecendo o entendimento de que é necessário
133 primeiramente preparar o material para apresentar e argumentar. Passando para o quarto ponto da
134 pauta, discussão sobre o processo de sindicância aberto pela Secretaria Municipal de Educação à
135 Diretora da E.M.E.R. Judith Macedo de Araújo, a presidenta Rejane relata o posicionamento da
136 Diretora em relação ao processo eleitoral dos Conselhos de Administração e Fiscal do PREVIMPA.
137 Apela ao Conselho de Administração e Direção-Geral que interceda junto à SMED para evitar uma
138 punição mais severa em relação à servidora. Nada mais havendo a tratar, a presidenta Rejane
139 informa a pauta da próxima reunião, que será a definição dos processos que deverão passar pela
140 análise do Conselho e a proposta orçamentária. Encerrados os trabalhos, foi lavrada a presente Ata
141 que vai assinada por mim, Idalina Fagundes Venturini, conselheira/secretária da mesa e pelos
142 demais presentes.

143

144

145

146

147 Rejane Assis Bicca – Presidenta

Idalina Fagundes Venturini - Secretária

148

149

150

151 Adalberto Pio de Almeida

Ângela de Fátima Gonçalves Yugueros

152

153

154

155 Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes

Hailton Terra de Jesus

156

Continua na folha 04.

157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209

Rodrigo Sartori Fantinel

João Iudes Nodari

João Paulo Galvez Machado

José Gilberto da Silveira

Lourdes Veneranda Camaratta

João Carlos Prates

Luiz Fernando Rigotti

Mauro Dalla Barba

Liege Mentz

Luiz Carlos da Encarnação Pinto

Valnor Prochinski Henriques

Maria Lúcia Carvalho dos Santos

Carlos Alberto Neiss

210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241